

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA

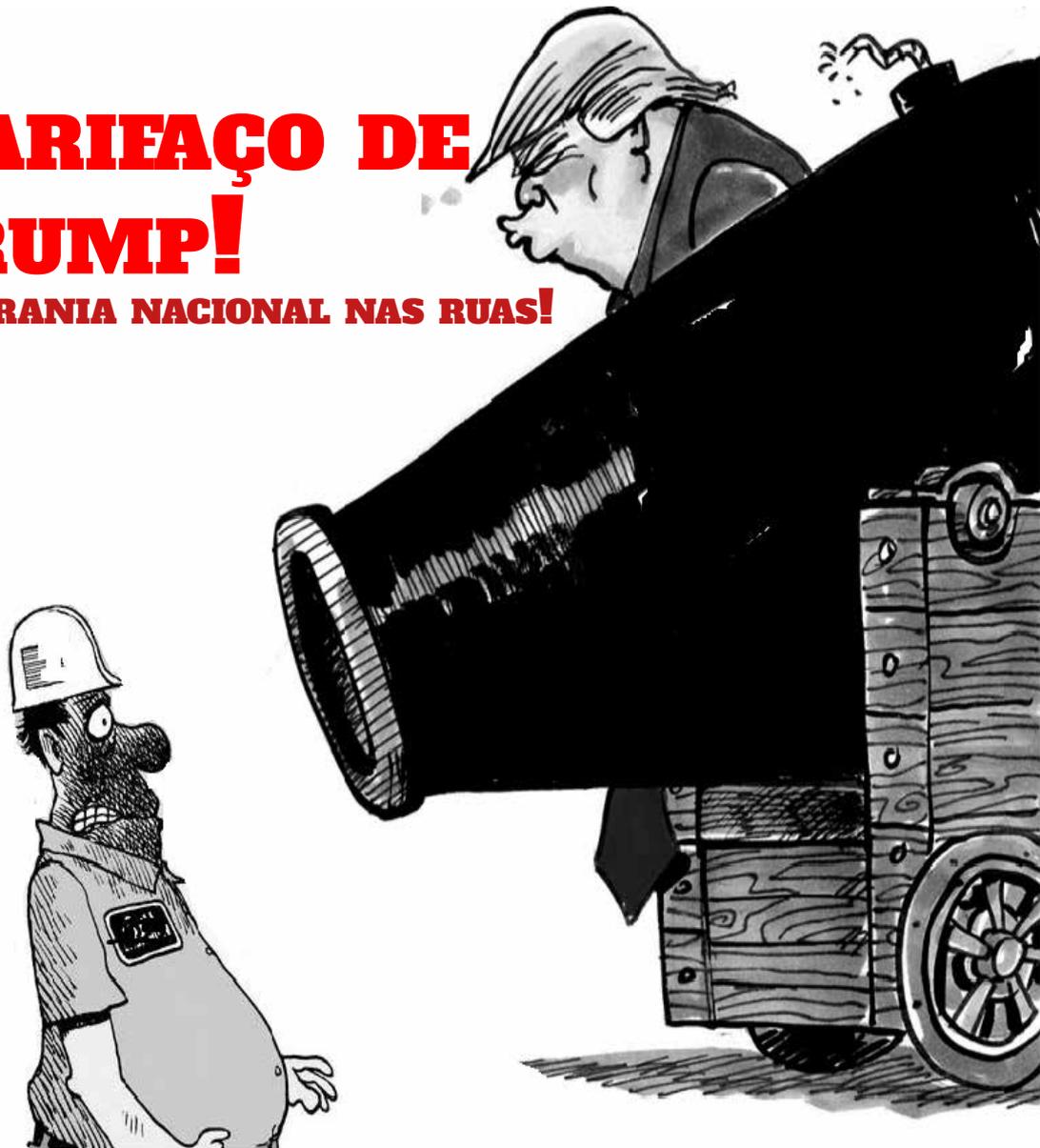


(11) 97019-0193

Nº 35 01/08 a 30/09/2025 R\$ 2

FORA TARIEAÇÃO DE TRUMP!

DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL NAS RUAS!



- 2 A DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL E A LUTA ANTI IMPERIALISTA
- 3 BOLSONARISMO ESTÁ ENFRAQUECIDO?
- 4 COP 30, TERRAS INDÍGENAS E O PETRÓLEO NA AMAZÔNIA
- 5 PROJETO DA BURGUESIA DESTRÓI A EDUCAÇÃO PÚBLICA
- 7 TECNOLOGIA PARA QUEM?
- 8 O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS - PARTE 2

DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL E LUTAR CONTRA O IMPERIALISMO

Nas medidas de Trump de aumento da taxação contra a economia brasileira – não por ironia, apoiadas pelo setor bolsonarista de extrema-direita brasileira como Tarcísio, Zema, etc. – precisam ser repudiadas porque buscam aumentar a dependência econômica brasileira em relação aos Estados Unidos.

Atacando a soberania nacional, Trump também vinculou o aumento das tarifas ao fim do processo judicial contra Bolsonaro e defendeu anistia para os golpistas, ou seja, um apoio explícito ao golpe. Como se não bastasse, Eduardo Bolsonaro e o neto do ditador Figueiredo se gabam por apoiar a taxação e ainda articulam mais sanções contra o país.

Os NACIONALISMOS

Um dos lemas da extrema-direita brasileira é a defesa da pátria e dizem que amam o Brasil. Pura cretinice. Não é compatível defender o Brasil e os Estados Unidos ao mesmo tempo, uma vez que o imperialismo estadunidense sempre tratou o Brasil como um quintal. Ou seja, o nacionalismo e a defesa da pátria, para a extrema-direita, não passam de um discurso.

São aliados aos países imperialistas e não veem nenhum problema em entregar nossas riquezas. Lembrando que Bolsonaro já declarou que “ama os Estados Unidos”. Assim, o nacioanalismo da extrema-direita tem um caráter reacionário principalmente porque é desprovido de qualquer crítica ao imperialismo.

Outro tipo de nacionalismo, o revolucionário, é o da defesa dos interesses nacionais, de defesa do país e da soberania nacional contra qualquer ataque externo. É muito diferente porque seu caráter é anti-imperialista e revolucionário.

É fundamental entender essa diferença, pois está relacionada a um projeto de país e à luta pela

independência política e econômica do Brasil em relação aos países imperialistas que historicamente sugaram nossas riquezas.

A BURGUESIA BRASILEIRA NÃO VAI DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL

Ceder à chantagem de Trump colocaria o governo em uma condição que inviabilizaria sua continuidade e praticamente sepultava a reeleição. Lula não teve alternativa a não ser se opor. E Trump também não deixou margens de negociação.

Enfrentar o imperialismo exigiria a construção de um projeto de nação independente, que priorizasse o mercado interno abastecendo primeiro o povo, estruturasse uma indústria nacional utilizando os recursos minerais, rompesse com o sistema da dívida pública deixando de enviar parte importante de nossas riquezas para o exterior e, por fim, que limitasse a remessa de lucro das multinacionais para o exterior, dentre outras medidas.

A ruptura com esse modelo nunca esteve colocada na ordem do dia, nem por Lula e muito menos pela burguesia brasileira. A opção política de produzir bens agrícolas e matéria prima para exportar e importar produtos industrializados tornaram o Brasil dependente de mercados estrangeiros.

Ainda que tenha outras mediações como a China, grande consumidora dos produtos agrícolas brasileiros, a relação da burguesia brasileira com os imperialismos é de dependência econômica e de subserviência. Por isso se submete aos caprichos do imperialismo.

SÓ A CLASSE TRABALHADORA PODE ENFRENTAR O IMPERIALISMO

O nacionalismo defendido pela extrema-direita também está relacionado à tentativa de impor um regime político mais duro como 8 de janeiro de 2023. Esses partidos



e seus governos querem controlar os movimentos de massas para imporem um projeto de dominação.

Essa relação de dependência ao imperialismo e um regime político mais reacionário interessam muito para uma parte da burguesia (como o agronegócio) e por isso apoia a extrema-direita. É uma condição para aprofundar a superexploração, também ampliar os ataques aos povos originários e suas terras e aumentar a taxa de lucro.

Mas a burguesia liberal, a qual Lula representa, também está presa a essa lógica, não vai bater de frente com o imperialismo e vai tentar forçar uma negociação. Ocorre que, nesse cenário, qualquer negociação já parte com uma vantagem para os Estados Unidos, ou seja, já sai perdendo.

Como a classe trabalhadora, e principalmente o proletariado, não tem nada a perder rompendo com o imperialismo, somente ela poderá enfrentar Trump, as tarifas e construir um país livre de qualquer forma de dependência. Por isso, no nosso modo de entender, a luta pela soberania nacional passa por romper com a burguesia e construir uma alternativa anti-imperialista e anticapitalista. Essa é a única forma de barrar o protecionismo dos Estados Unidos, a única forma de defender a nossa soberania.

Nesse sentido, há duas questões importantes: a primeira é batalhar para que as direções do movimento social brasileiro saiam desse comodismo e ajudem a mobilizar as bases das categorias de trabalhadores, a população em geral e a juventude. E a outra é seguir em frente na construção de uma alternativa radical ao sistema e a essas direções imobilistas.

BOLSONARISMO ENFRAQUECIDO OU NÃO?

As manifestações da extrema direita ocorridas no início de agosto que pediram anistia aos golpistas do 8 de janeiro de 2023, atacaram Lula e o ministro do STF Alexandre de Moraes. Alguns milhares foram reunidos em poucas cidades, bem abaixo do que historicamente este setor conseguiu levar para as ruas.

Mostraram, entre outras coisas, que o ‘movimento bolsonarista’ está em tentativa de reorganização. Chamou a atenção a ausência de possíveis sucessores dentro do campo do bolsonarismo, como os governadores Zema (MG), Caiado (GO), Ratinho Jr. (PR) e Tarcísio de Freitas (SP).

As semanas anteriores revelaram um momento de certa crise e fragmentação na extrema-direita brasileira, em especial no campo bolsonarista e na família central de tal corrente política.

Até então, o ex-presidente Jair Bolsonaro ocupava uma posição frágil e isolada, o que se agravou com o anúncio do tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ficou evidente o papel desempenhado por Eduardo Bolsonaro como um dos articuladores das sanções econômicas e, possivelmente, tentando ocupar espaço como uma nova liderança da extrema-direita.

A temperatura política no Congresso Nacional indicava um momento de retração para o bolsonarismo institucional.

Um exemplo é a quantidade de bolsonaristas fora das urnas em 2026, por inelegibilidade ou prisão. Além do ex-presidente, também figuram Carla Zambelli, Pablo Marçal, Braga Netto, entre outros. O enterro simbólico do projeto de Lei da Anistia, antes tratado como prioridade por setores da base bolsonarista, marcou o esvaziamento definitivo da principal bandeira legislativa do grupo neste ano.

Nos últimos dias o que temos visto é a aceleração dos tempos da política como a principal marca da nova conjuntura. Justamente a tentativa de ingerência imperialista, por parte de Trump, acelerou os ritmos dos acontecimentos. Medidas mais duras e restritivas do Judiciário começaram a se colocar contra Jair Bolsonaro: primeiro a tornozeleira, depois a prisão domiciliar por desrespeitar medidas cautelares.

Um fator passou a preocupar lideranças do PL (atual partido da família Bolsonaro): a circulação de notícias na imprensa que colocam Hugo Motta e o Alcolumbre no radar de possíveis sanções internacionais.

BOLSONARISMO NÃO DEVE SER DESPREZADO!!

No pano de fundo, pode estar em curso um novo ciclo de reconfiguração das forças políticas da direita no Congresso. O bolsonarismo, outrora com protagonismo absoluto, agora enfrenta as consequências do aumento do isolamento institucional, em função do tarifaço. A aposta em estratégias de confronto, como a anistia, a retórica anti-STF, conforme demonstrado recentemente na

ocupação no Congresso Nacional, mostra sinais de divisão. Por exemplo, figuras como Ciro Nogueira condenaram o ato, procurando marcar uma linha entre “radicais” e “moderados” do campo de extrema-direita. Por outro lado, bolsonaristas afirmam que pautarão as PEC's das Prerrogativas (foro privilegiado”) e da Anistia.

A articulação política do “centrão”, especialmente figuras como Hugo Motta, tende a se distanciar ainda mais de qualquer associação direta com o núcleo duro do bolsonarismo e não apenas por cálculo político, mas também por uma crescente percepção de risco institucional. Nada impede que mais adiante haja um recálculo da rota a depender dos interesses da burguesia nacional: não nos esqueçamos de que o “centrão” os representa, assim como os demais setores da direita.

Exemplarmente, se diferentes setores da burguesia nacional passarem a vislumbrar a necessidade de um governo mais alinhado com Trump, Bolsonaro e seus aliados podem ganhar um novo fôlego e se reposicionar para objetivos maiores. Fica muito evidenciado que o bolsonarismo se coloca como uma linha auxiliar dos interesses dos Estados Unidos no interior do território brasileiro, algo que precisa ser combatido nas ruas e nas lutas.

Apesar de tudo isso, a força do bolsonarismo não deve ser desprezada. Se ocorre um relativo enfraquecimento não devemos confundir com a debilitação do conjunto da extrema-direita. Esta segue com muito fôlego eleitoral e pode construir alternativas que recomponham as forças no campo da direita. O bolsonarismo faz parte deste campo e não foi expulso do “jogo” da polarização política.





COP 30, MARCO TEMPORAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 2023 o Congresso Nacional aprovou e Lula sancionou (vetando 34 artigos) a Lei 14701, que dificulta os processos demarcatórios de Terras Indígenas que estavam trâmite e ainda dificulta as fiscalizações de órgãos como a FUNAI. Na prática foi reestabelecida a tese do marco temporal (pela qual só podem ser demarcadas as terras indígenas ocupadas ou disputadas em 5/10/1988) para demarcação das Terras Indígenas. Por isso há um pedido no STF para declarar essa lei inconstitucional, uma vez que essa tese já foi derrotada no STF.

A tese do Marco Temporal ignora as constantes expulsões dos povos originários para o desenvolvimento do agronegócio, do garimpo e para a manutenção do latifúndio no país. De quebra, Gilmar Mendes designou uma comissão para discutir, dentre outras providências, a descabida indenização aos latifundiários que roubaram terras indígenas para aumentar seu capital. Enquanto isso o “fim do mundo indígena” iniciado com a chegada dos europeus à América, expressão de Ailton Krenak, se renova cotidianamente com assassinatos, estupros, fome e toda sorte de violação aos direitos humanos dos povos originários.

BRASIL TENTA FICAR BEM NA FOTO DA SUSTENTABILIDADE CAPITALISTA

Em meio ao debate sobre os direitos dos povos indígenas, com um a lado argumentando o seu papel de guardiões do meio ambiente e de outro priorizando

o desenvolvimento com a exploração capitalista, o Brasil se prepara para sediar a COP 30. A reunião acontecerá em Belém do Pará, em novembro deste ano. O objetivo dessa conferência é encontrar o impossível: o capitalismo sustentável para o meio ambiente.

Sediando a conferência, o Brasil espera atrair financiamentos e ser visto como um Estado preocupado com o futuro do planeta e da humanidade. Ora, nem o Brasil e nem os países que comparecerão ao encontro jamais escolherão a preservação em lugar do desenvolvimento capitalista, o que seria de fato a única escolha viável. E isso não é por uma questão de vontade, mas de necessidade de aumento das taxas de lucro do capital que são incompatíveis com a preservação ambiental, pois necessariamente precisa se expandir para se manter em crescimento.

“Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de destruição nem ‘progresso’ de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; quanto mais dilata o volume da produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante.” (István Mészáros), portanto, qualquer iniciativa verdadeiramente pelo meio ambiente é obrigatoriamente anticapitalista. Os ambientalistas devem se radicalizar pela esquerda e abraçar a luta por outra sociabilidade, baseada na igualdade que só será possível com a superação do sistema capitalista.

LICENÇA PARA EXPLORAR MAIS PETRÓLEO ANTES DA COP 30

O governo Lula está ansioso

para obter o licenciamento que autorize a exploração de petróleo e de gás que foram recentemente descobertos na margem equatorial da foz do Rio Amazonas. Por conta disso, Lula e a Petrobrás pressionaram o IBAMA para que a licença ambiental fosse concedida. Os argumentos são os de sempre: independência econômica com maior produção de petróleo e que a região passará por um enriquecedor processo de desenvolvimento social.

Toda essa pressão forçou o órgão a aprovar o “conceito do Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada” apresentado pela Petrobras. Não é a licença definitiva, mas é um passo importante no processo de licenciamento ambiental para a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas.

O preço disso é o que a classe trabalhadora conhece bem: a miséria dos centros urbanos surgidos com a indústria, o trabalho temporário que atrai migrantes para depois ficarem sem emprego, o genocídio e o etnocídio de indígenas, quilombolas e ribeirinhos, a prostituição da mulher, o trabalho infantil, a desestruturação dos ecossistemas necessários para o modo de vida dos povos originários, desmatamento, doenças e poluição. Especificamente sobre a exploração de petróleo, o risco de vazamentos pode levar à poluição de rios e morte de animais da fauna da região.

➡ Não à exploração de petróleo na margem equatorial do Amazonas!

➡ Não à COP 30 e suas falsas promessas de sustentabilidade!

➡ Por uma sociabilidade que preserve a natureza e a vida humana, uma sociabilidade comunista!

PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA DESTRÓI A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Esse texto é sequência do artigo anterior *Contra a Expropriação da Educação Pública e o Projeto Educacional da Burguesia* (edição nº 34 desse jornal) para melhor compreendermos os cortes de verbas públicas, a farsa do ‘Arcabouço Fiscal’, o papel do empresariado, governos, entidades sindicais e estudantes na manutenção e implementação desse projeto.

Podemos reafirmar que diante da crise estrutural do capital e de sua necessidade de impedir a queda das altas taxas de lucro com a extração de maior taxa de mais-valia, (isso ocorre através do aumento da exploração da “classe que precisa trabalhar para viver”) o projeto educacional da burguesia intensifica a aplicação do currículo empresarial, a expansão e o aprofundamento das privatizações nos níveis infantil, básico e superior da Educação pública.

A educação está, há algum tempo, deixando de ser um serviço público e, junto com o saber, se tornando uma mercadoria. E para isso necessita de avaliações externas, da meritocracia, da culpabilização de professores e estudantes e ainda secundarizar os aspectos científicos ao priorizar o ensino doutrinador. Esse caminho viabiliza, dentre vários problemas, leiloar escolas e o “gerenciamento das gestões” ou compartilhá-las com a Polícia Militar, entregar os serviços, os processos e conteúdos didático-pedagógicos às plataformas padronizadas de empresas privadas e reconhecidas pelos governos, etc.

O reconhecimento dessas empresas tem o selo de qualidade quando são capazes de oferecer melhores preços por ditas mercadorias, reduzem os gastos com o serviço prestado, viabilizam uma formação (médio/técnico/profissional) considerada “adequada” e “necessária” ao atual mercado de trabalho. Nesse mercado, nos fazem crer que, além

do desemprego crônico, os empregos por tempo determinado, terceirizados, pejetizados, plataformizados, uberizados, etc. não necessitam de uma educação pública de qualidade. Banalizam a vida instável, ou seja, permanentemente precarizada.

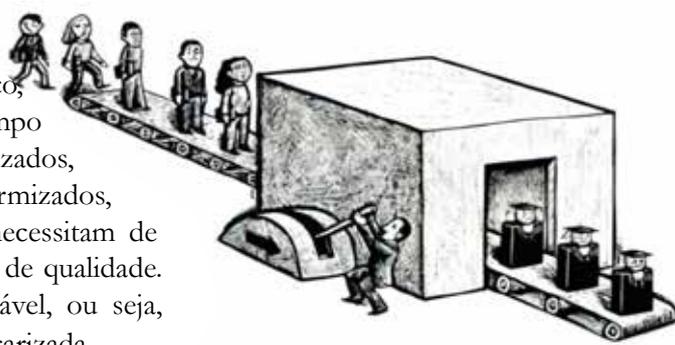
MERCADO EDUCACIONAL É CRUEL PARA PROFESSORES E ESTUDANTES

Esse mercado de trabalho, para professores e profissionais da educação da rede pública, passou a substituir os concursos públicos por contratos temporários, impor metas como mérito, ditar a política de bônus como reajuste salarial, aumentar a jornada de trabalho a partir do uso de tecnologias, descartar a autonomia didático-pedagógica ao estabelecer o tipo de compra e de uso dos conteúdos pré-preparados (apostilas, plataformas, cursos, etc.) por empresas do ramo ou fundações, etc.

Tudo isso contribuiu para manter vigiado o ambiente de formação crítica, precarizou o trabalho/ensino, aumentou o tempo e a jornada, não reajustou salário-base, reduziu o valor da hora-aula, retirou direitos, culpabilizou os professores pelos resultados, entre outros fatores. Ainda, segue controlando, constrangendo, assediando, punindo e submetendo esses profissionais e a educação pública a esse tipo de “mercado educacional”.

Na rede particular, a relação com os professores trata-se de verdadeira venda da força de trabalho intelectual precarizada em que o ensino é transformado em resultados, planilhas e pressão comercial. As metas são as matrículas, números de retenção e aprovação. Os salários não acompanham a inflação, a legislação trabalhista é constantemente abandonada e a jornada é estendida para as questões burocráticas.

Para os estudantes e juventude,



a “formação alienada” já está estabelecida e o caminho é para que não se reconheçam como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Além disso, é considerada adequada e necessária para o atual mercado de trabalho uma formação acrítica e ‘colaboradora’. Alcançar os índices governamentais (IDEB, ENADE, SAEB, etc.) passou a ser a principal meta para a educação pública. As escolas de Ensino Fundamental, Médio e Universidades têm utilizado, sistematicamente, as plataformas, os dados das avaliações externas tanto para “adaptar” grades, currículos e cursos às necessidades características desse mercado de trabalho quanto para expandir esse “mercado educacional”.

A pretensa educação pública emancipadora, para a cidadania e a formação de cidadãos conscientes (LDB), foi abandonada para atender de forma mais eficaz esse projeto da burguesia para a educação no Brasil e que exige maior corte de verbas públicas, a entrega de mais serviços públicos à iniciativa privada, maior restrição do conhecimento científico e maior foco na formação para o desenvolvimento de habilidades específicas ou individuais.

E nesse percurso a proposta da abordagem pedagógica paulofreiriana (construção do conhecimento coletivamente, formação da consciência crítica na práxis e uma educação como processo de humanização e libertadora) também tem sido conscientemente abandonada para aplicação de abordagens conservadoras, militarizadas e que sustentem as

ideias, valores e o crescimento do número de governos de extrema-direita. A educação pública, para a “classe que precisa trabalhar para viver e tem vivido para trabalhar”, já está quase que totalmente “adaptada” para uma formação que, na verdade, desumaniza.

CORTE DE VERBAS E A EXPROPRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O corte de verbas da educação pública pelo governo federal, governos estaduais e municipais demonstra o que de fato já está em funcionamento e é uma estratégia evidente. O Congresso Nacional estuda a redução do investimento mínimo constitucional de 25 para 20% na área da educação. Os cortes de verbas pelo MEC têm efeito cascata e encontram nos estados (como MG, RJ, PE, AL, etc.) mais quedas. Anualmente as verbas públicas são reduzidas e desviadas para outros fins. Em 2025, em São Paulo, por exemplo, o corte foi de mais de 11 bilhões. As escolas precisam viver administrando migalhas e buscando recursos em campanhas ou rifas.

Enquanto isso, empresas, instituições e ONGs recebem de governos “ajudas financeiras” ou o favorecimento direito na prestação de serviços ou com as privatizações. Um exemplo, dentre muitos, é do Banco Itaú/Itaú Social que presta serviços financeiros para o setor público enquanto articula com governos “ações conjuntas com Secretarias de Educação de escolas públicas”. Outro exemplo é a empresa Multilaser (Tv, Tablet, notebook, etc.) do acionista Feder (PSD), ex-Secretário de Educação do Paraná e atual de São Paulo, que tem mais de R\$ 200 milhões em contratos com o governo de Tarcísio (Partido Republicanos).

O agravamento do desvio/roubo de verbas chegou no ponto de haver o leilão na Bolsa de Valores dos serviços das escolas públicas (gestão, construção, manutenção, internet, alimentação, segurança etc.). Novamente, o estado de São Paulo é o péssimo exemplo ao entregar esses

serviços, por 25 anos, aos fundos de investimento e às empresas de engenharia que participaram desse “quem dá mais”.

Nas universidades (UFMG, UFRJ, UFAL, etc.) e institutos federais e estaduais os problemas são os mesmos. Os cortes de verbas aumentaram a degradação de prédios (manutenção, luz, água, etc.), restaurantes universitários, falta de assistência estudantil e comprometeram o ensino/extensão em vários estados e regiões. Enquanto isso, algumas empresas, com incentivos financeiros dos governos e para suprirem os próprios faturamentos, entraram nas universidades oferecendo investimentos na área de inovação e empreendedorismo acadêmico. São mais e 12 mil startups no Brasil e universidades como FGV, UNICAMP possuem esse tipo de formação.

ARCABOUÇO FISCAL CORTA VERBAS PARA PIORAR SERVIÇOS PÚBLICOS

Em todas as instâncias de poder da burguesia é afirmado que o Arcabouço Fiscal é uma forma “sustentável” de controlar o que arrecadou e o que gastou do dinheiro público. Como são falsos! Na verdade, é uma Lei que intensifica os cortes de verbas públicas (também das universidades/escolas/creches, etc.) e força a população a arcar, ainda mais, com a falta ou a precariedade e a privatização desses e outros serviços públicos. Enquanto isso, governos, deputados, prefeitos, etc. usam essas verbas/dinheiro público para arcar com juros de bancos, dívidas de empresas, dentre outros passivos que não fomos nós que fizemos.

MOVIMENTOS SINDICAIS E ESTUDANTIS GOVERNISTAS NÃO SE MOVIMENTAM

Nos governos da/para burguesia (de centro, direita e extrema-direita) a submissão dos movimentos sociais, estudantis e centrais sindicais tem freado a organização, a unidade e a



luta da “classe que precisa trabalhar para viver”. Já entendemos que, enquanto classe trabalhadora, a depender do governo Lula e seus aliados (de centro e de direita) não conquistaremos nenhum direito. Por outro lado, temos toda convicção de que com os governos de extrema-direita sofreremos com as perdas de todos os direitos conquistados, além da restrição de liberdades e do avanço da moral ultraconservadora.

A burguesia é assim. E nesse momento precisa de ensino e de aprendizado controlados, conservadores ou militarizados para atenderem o mercado de trabalho personalizado/plataformizado que necessita de colaboração, capacidade de atingir metas ou “empreender”, “autonomia” para uma vida sem sentido. Tudo isso para atender o atual mercado de trabalho com altos índices de desemprego, baixos salários, jornada aumentada, retirada de direitos trabalhistas, piora nas condições de trabalho, sem salário-fixo nem descanso semanal remunerado, etc.

E mesmo diante de toda essa realidade, os grandes sindicatos de setores da Educação (SEPE-RJ, APEOESP-SP, etc.) e movimentos estudantis (UNE, UBES, etc.) não constroem a luta anticapitalista nem a unidade da esquerda pela consciência de classe da classe trabalhadora. Mantêm a dependência do governo Lula e acordos com seus aliados e não enfrentam, de fato, o crescimento e fortalecimento dos governos de extrema-direita. Já está mais do que na hora de tomarmos as ruas, organizarmos a tomada das universidades/escolas e da greve geral contra o aumento da exploração e da extrema direita!

A QUEM SERVE O "AVANÇO TECNOLÓGICO" E OS DATA CENTERS?

O governo federal anunciou com pompa uma “Política Nacional de Data Centers”, vendida como salto tecnológico e soberania digital. Sob o verniz do progresso, porém, esconde-se uma engrenagem perversa que beneficia o grande capital enquanto aprofunda a exploração do trabalho e a devastação da natureza.

A pergunta que não cala é: avanço para quem? A tecnologia, e nenhum outro elemento social, não é neutra sob o capitalismo, ela é capturada pela lógica do lucro, transformando-se em ferramenta de dominação. As máquinas a serviço da burguesia, longe de libertar, tornam os trabalhadores apêndices de algoritmos sob vigilância constante, intensificando a exploração.

Enquanto a produtividade dispara com a automação, os salários rebaixam, o desemprego cresce e a jornada de trabalho aumenta. O mito do “progresso” serve, então, para mascarar o aumento da exploração da “classe que precisa trabalhar para viver”.

DATA CENTERS NO GOVERNO LULA E A MÁSCARA DO PROGRESSO

A farsa do progresso se revela claramente no caso dos data centers (computadores e sistemas digitais para armazenamento, processamento e tráfego de dados nas redes). Apresentados como necessários para o avanço da “indústria inteligente”, como “verdes” e “sustentáveis”, esses centros de dados são monumentos ao capital digital e vorazes consumidores de recursos naturais.

Na construção dessas instalações, com a farsa de “gerar mais emprego”, desmatam as áreas habitadas pelos trabalhadores nas pequenas cidades e/ou expulsam povos originários locais. Para

manter o funcionamento, demandam energia elétrica equivalente a cidades inteiras e bilhões de litros de água, agravando a ruptura na relação entre sociedade e natureza.

O governo Lula, em sintonia com os interesses das big techs (Microsoft, Amazon, Google, etc.), promove esta expansão com muita hipocrisia. Foram realizadas 80 reuniões para formatar a política de data centers, e nenhuma sequer incluiu o Ministério do Meio Ambiente! As licenças ambientais são tratadas como “entraves” a serem eliminados e não como possíveis garantias de menor impacto na destruição.

Enquanto comunidades indígenas e quilombolas já sofrem com a falta de água e a degradação de seus territórios pelo agronegócio, o governo oferece isenção de impostos (PIS, Cofins, IPI) para a importação de máquinas para as grandes empresas de tecnologia. Escolas e hospitais públicos definham sem recursos, mas o capital estrangeiro recebe regalias.

O discurso de “geração de empregos” com os data centers é pura ilusão: 90% dos postos de trabalho para as construções são temporários. Concluídas as obras, restam demissões e os rastros dos impactos socioambientais.

SOBERANIA DIGITAL E COP 30

Diante dessa realidade, a prometida “soberania digital” virou uma piada amarga. Sabemos que quase 60% dos dados brasileiros já estão armazenados no exterior e que já são mais de 160 data centers no Brasil.

A política da burguesia segue seu roteiro perverso da acumulação capitalista: “desburocratizar”



para os grandes empresários de tecnologia significa, na prática, anular direitos e licenças. Cria-se um dito “licenciamento especial” para projetos ditos “estratégicos” (lucrativos para o capital), ignorando estudos de impacto detalhados.

Assim, os governos burgueses e seus deputados aprovaram o PL da Devastação, que permite a implantação de data centers via “autodeclaração” do investidor, sem fiscalização séria.

A contradição é gritante: o Brasil sediará a COP30 pavimentando sua imagem de líder ambiental, enquanto sanciona leis que aceleram o colapso hídrico/energético que afeta toda a população para servir ao lucro privado de alguns empresários.

A conta da destruição ambiental e do esgotamento dos recursos, porém, fica aqui, internalizada nas costas da classe trabalhadora e dos povos originários.

O CAMINHO DEVE SER OUTRO

Há um caminho diferente. É possível e urgente socializar a tecnologia, arrancando-a das garras do capital. Data centers expropriados e sob controle popular poderiam servir às reais necessidades sociais como saúde pública de qualidade; Educação universal; planejamento ecológico; reduzir a jornada de trabalho sem reduzir o salário; usar o potencial tecnológico para não produzir mais mercadorias inúteis e destrutivas; restaurar a relação metabólica com a natureza. A luta da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, da juventude pela tecnologia com função social e a resistência dos povos originários são faces da mesma trincheira contra o sistema que nos explora e envenena.

O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS - PARTE 2

POUM falhou na política, mas acertou em buscar a unidade entre forças revolucionárias.

Na edição anterior de **Consciência de Classe** iniciamos a visitar a experiência do POUM na Espanha dos anos 1930. Tal tema de avaliação histórica se combina com movimentações políticas de socialistas e revolucionários que tem se desenvolvido pelo planeta, como no exemplo recente dos britânicos (ver boxe). Aqui, seguimos apontando aspectos da curta vida do POUM e a crítica trotsquista sobre a mesma. Partimos do pressuposto que a iniciativa pela unidade entre grupos socialistas com bom grau de identidade no contexto espanhol foi absolutamente correto. No entanto, na prática política esta organização falhou na luta de classes: sua política e encaminhamentos centrais foram desastrosos no contexto de ascenso popular no país e ante o avanço fascista. É possível analisar a experiência do POUM identificando e separando, em certo sentido, estes dois aspectos.

Tal partido, desde sua unificação, de fato possuía uma posição bastante crítica à esquerda tradicional daquele período (socialistas e comunistas), setor que junto aos partidos da burguesia ‘democrática’ formaria a Frente Popular na Espanha. Ao mesmo tempo, é justo reconhecer que, durante a guerra civil, o POUM se posicionou (de forma insuficiente e contraditória) contra a estratégia stalinista/social-democrata de limitar-se a defender o governo republicano. Vale ressaltar que mesmo antes da Segunda Guerra (1939-1945) já era, em boa medida, uma política privilegiada do stalinismo e da social-democracia um apego à ordem capitalista



“democrática” combinada à submissão à burocracia ‘soviética’. No caso espanhol, como será demonstrado, esta ‘esquerda da ordem’ foi decisiva para o dismantelamento da resistência antifascista e a posterior vitória da Falange de Franco.⁽¹⁾

Num sentido oposto, o POUM defendeu expropriações, ocupações de terras e fábricas. Ainda, sugeriu que era preciso derrotar o conjunto da burguesia para impedir a expansão do golpe fascista de Franco. Inicialmente, também foi defensor dos vários comitês de base surgidos no início da resistência antifascista nas fábricas, nos bairros, no campo e nos *fronts*. O partido chegou a apontar que eles deveriam se unificar em um poder proletário revolucionário, mas chegou a desmobilizar barricadas e mobilizações independentes da classe trabalhadora colaborando com o governismo republicano.

Com o avanço da Guerra Civil na Espanha, os espaços de autonomia da militância antifascista foram substituídos gradualmente pela imposição da ideia de defender e restaurar a institucionalidade burguesa, também debilitada por Franco e pelo avanço fascista que desmontava o regime democrático burguês. Nesta altura, o POUM já

compunha o governo republicano com o ministro Andreu Nin e via sua militância saltar para 40 mil militantes, aproximadamente. Era uma força minoritária, mas com influência e capacidade de incidir no contexto espanhol polarizado que dava espaço para as ideias socialistas e revolucionárias, mas também para o fascismo em ascensão na Europa. É verdade que a aliança com o governo republicano aproximou militantes, mas também cabe ressaltar que a visão mais à esquerda e radical do POUM também aproximou muita gente num contexto de grande resistência antifascista.

Considerando-se todos estes fatores, infelizmente, o partido manteve-se prisioneiro de uma espécie de ‘centrismo endêmico’: fazia saudações à Revolução, mas era parte da Frente Popular, indo muito além da unidade antifascista, certamente necessária. E este parece ser um ponto central: seria possível combater de forma unitária o fascismo sem compor o governo burguês republicano? Sem dúvida, do nosso ponto de vista. Seria possível e necessário ressaltando que tal tema tem grande atualidade e, em clássicas palavras, **seria possível golpear unificados, mas marchar separados.**

A DURA CRÍTICA DE TROTSKY

Trotsky naquele momento vivia o duro exílio da Noruega em transição para o México, onde seria assassinado em 1940. Mesmo em condições adversas, ele conseguiu acompanhar e escreveu sobre o contexto espanhol. Foi duro na crítica da unificação que gerou o POUM e muito mais na análise das políticas do partido. Segundo ele, os “comunistas de esquerda” eram vacilantes, conciliadores e centristas: a crítica, na média, foi duríssima durante a formação do POUM e também depois da consolidação do partido, pois ele enxergava a organização como “oportunista e traidora”.

Para Trotsky, ao criticar a tática de aliança do POUM com a Frente Popular, os verdadeiros revolucionários deveriam traduzir as condições particulares do seu país para a linguagem internacional do marxismo, ou seja, não se limitar às realidades locais. O POUM simplesmente havia aplicado “servilmente a política que o VII Congresso da Internacional Comunista impôs a todas as suas seções”, igualando a política do partido espanhol ao do estalinismo sobre apoiar governos de “Frentes Populares”. Ainda, “em vez de mobilizar as massas contra os dirigentes reformistas, incluídos os anarquistas, o POUM tentava convencer esses senhores acerca das vantagens do socialismo sobre o capitalismo”. Ou seja, o partido buscava pressionar a realidade pela esquerda, mas evitava um

rompimento com as suas direções, o que o deixava à reboque dos stalinistas e sociais-democratas.

A crítica de Trotsky afastou o POUM das articulações prévias à formação da 4ª Internacional que seria fundada em 1938. Ele também considerou que a unidade entre correntes distintas havia sido um erro, gerando um programa centrista que justificava a capitulação ao governo republicano. Tendo dose de razão na sua análise, Trotsky não priorizou manter o diálogo nem com o setor mais à esquerda dentro do POUM e colocou toda a experiência desta organização como desastrosa, sem mediações. Sobre este aspecto, vale destacar que o partido tinha divisões em suas fileiras: havia em Madrid militantes que cooperavam com os trotskistas e criticavam o caráter burguês do governo republicano da Frente Popular defendendo a estratégia revolucionária. Em outro campo, por sua vez, as regionais com mais influência do antigo ‘Bloco’ bucharinista, declaravam apoio ao governo republicano e condenavam o “radicalismo” dos setores mais críticos.

Neste contexto, a luta unitária antifascista alicerçada no governismo e apoio à Frente Popular, justificava tudo para a linha política que se tornaria dominante no POUM. Tal escolha ajudou a enterrar as possibilidades revolucionárias naquela Espanha radicalizada, mas pior de tudo é que tal colaboração não iria garantir nem a existência do próprio

partido. Na próxima edição de **Consciência de Classe** trataremos do desmantelamento e ilegalização do POUM durante o acirramento da Guerra Civil espanhola.

NOTAS

⁽¹⁾ A Falange foi um partido que representava a união de algumas correntes da extrema direita de inspiração fascista na Espanha, fundada em 1934. Lutavam contra o socialismo, tiveram o apoio militar e financeiro dos governos italiano e alemão empenhados na luta anticomunista. Os falangistas atuaram na Guerra Civil liderados pelo General Franco.

TEXTOS CONSULTADOS:

LAURIA MONTEIRO, Marcio. A história esquecida do trotskismo na Revolução Espanhola: o POUM e os “bolchevique--leninistas”. Izquierdas. Santiago: n° 32, marzo 2017.

TROTSKY, Leon. A Traição do “Partido Operário de Unificação Marxista” Espanhol. Janeiro de 1936. Acesso em www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/01/22.htm.

UNIDADE SOCIALISTA NO REINO UNIDO

No mês de julho, mais de mil militantes participaram de reunião para a criação de um novo partido de esquerda no Reino Unido, em oposição ao Partido Trabalhista e aos demais partidos tradicionais. Sindicalistas, jovens e deputados independentes ou em ruptura com o Partido Trabalhista defenderam uma pauta progressiva contra a austeridade do imperialismo britânico e o apoio ‘trabalhista’ ao genocídio israelense sionista em Gaza. Esta importantíssima iniciativa pode ser uma alternativa radical e combativa aos socialistas e revolucionários britânicos, o que só poderá ser feito unindo experiências e distintas tradições numa síntese qualificada e com base programática sólida.

Acompanhamos com expectativa tal iniciativa.



NÚMEROS DE PALESTINOS MORTOS EM GAZA MOSTRAM QUE A BARBÁRIE SIONISTA PROSSEGUE

O atual conflito na Faixa de Gaza, um desdobramento da guerra iniciada contra o povo palestino pelo Estado sionista de Israel em 1947, completou no dia 28 de julho 600 dias. O número de palestinos mortos vai de 68 mil até 70 mil. Um milhão e novecentos mil palestinos estão deslocados das suas casas.

470 mil palestinos passam fome em Gaza, com 227 mortes (103 crianças). Israel, além de ter tornado Gaza em escombros, impede a chegada da ajuda humanitária, como o ocorrido com a missão humanitária Flotilha da Liberdade que estava a caminho de Gaza levando alimentos e medicamentos e foi interceptada no pela Marinha de Israel.

Além disso, o genocida Netanyahu tem orientado o seu exército nazista a bombardear ambulâncias e equipes da ONU; a matar crianças e atacar o Crescente Vermelho, organização de solidariedade aos palestinos, sob o pretexto de aniquilar o Hamas, a principal força político-militar da Faixa de Gaza.

Registre-se: como a guerra foi expandida por Israel para o Líbano e para a Síria, em 2024, com o objetivo de combater o Hezbollah, grupo xiita libanês anti-israelense, o número de vítimas fatais desses dois países atacados pelos sionistas chegou a 4.047 mortos. E o Irã, que foi atacado por Israel e pelos EUA pelo seu apoio ao Hezbollah, teve 935 mortos, durante os 12 dias do conflito.

Esses números de vítimas fatais com os ataques israelenses em Gaza do lado dos palestinos e aliados são superiores, proporcionalmente,

aos números de mortos na guerra entre a Ucrânia (armada pela OTAN) contra a Rússia (com o apoio do imperialismo chinês). Já Israel teve menos de dois mil mortos, números que mostram a grande desproporção das forças em conflito na Faixa de Gaza e países vizinhos.

PROTESTOS DE RUAS E AÇÃO DE ESTIVADORES NO MUNDO EM APOIO AOS PALESTINOS

Fortes protestos a favor dos palestinos aconteceram no Reino Unido em julho, sendo fortemente reprimidos pelo governo trabalhista, com mais de cem presos. Já na França, em junho, mais de 100 mil pessoas tomaram as ruas. E, na Austrália, em início de agosto, uma manifestação juntou 300 mil pessoas.

Além disso, em Marselha, estivadores franceses bloquearam um navio com armas que seriam enviadas a Israel, assim como os portuários gregos. No porto de Gênova, os portuários aderiram aos protestos. Na Ilha de Creta, Grécia, populares impediram o desembarque de um transatlântico recheado de turistas israelenses.

Esses protestos e ações forçaram Macron, o Reino Unido, o Canadá e Portugal a declarar que reconhecerão a Palestina como Estado independentemente. Entretanto, cinicamente, França, Reino Unido e Canadá continuam vendendo armas para Israel. Por seu lado, o Brasil, apesar de Lula condenar o genocídio em Gaza,



segue com relações diplomáticas e comerciais com Israel.

“MENINOS TIRADOS DE NÓS / NOSSOS MENINOS... (IVAN LINS EM “MENINOS DE GAZA”)

Na verdade, as potências europeias querem um Estado palestino sem soberania e sem autonomia. Em consonância com isso, a corrupta Autoridade Nacional Palestina (ANP) anunciou que as próximas eleições não incluirão aqueles que não aderirem ao programa da Organização para a Libertação da Palestina como o de estabelecer um Estado palestino desarmado, na Faixa de Gaza.

A ANP também defende uma política de um Estado palestino desarmado, proposta também apoiada pela França e pelo Reino Unido. A "reação democrática" desarma a resistência vendendo a ilusão de que possa existir coexistência pacífica entre a Palestina e Israel. Ou seja, querendo desarmar o povo palestino que, dessa forma, virará presa fácil para o Estado israelense.

E Netanyahu, armado pelos Estados Unidos (US\$ 17 bi entre 2023 e 2024), lança nova ofensiva e quer anexar toda Gaza e, assim continuar garantindo a exploração dos ricos campos de gás natural no Mediterrâneo e os interesses das grandes corporações transnacionais na região.